

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.547 - RJ (2019/0293170-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : H C B
ADVOGADO : RAFAELA FELIZARDO ALVES - RJ182936
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE LIMINAR EM RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por H. C. B. contra decisão de minha lavra que indeferiu o pedido liminar no presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Busca o Embargante (fl. 252, sic):

"que seja liberdade imediata do paciente, ante a ausência de prova não estando presente o 'fumus comissi delicti' e 'periculum libertatis' que justifiquem o cárcere antes do trânsito em julgado sanando a contradição ou omissão e se for do entendimento de v. Exa. a reconsideração para o trancamento da ação."

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração não comportam conhecimento.

É cediço que: *"Não é cabível embargos de declaração para impugnar decisão monocrática que indeferiu pedido liminar em Habeas Corpus, conforme o art. 619 do CPP."* (EDcl no HC 498.868/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019).

Ainda que assim não fosse, conforme disposto nos arts. 619 do Código de Processo Penal e 263 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o prazo de oposição dos embargos de declaração, em matéria criminal, é de 2 (dois) dias.

No caso, os presentes embargos são intempestivos, porquanto a decisão recorrida foi considerada publicada no dia 02/10/2019, conforme certidão acostada à fl. 240, e o Embargante tão somente protocolizou o recurso no dia 05/10/2019, ou seja, após o escoamento do prazo legal.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO DE 2 DIAS (ART. 619 DO CPP). RECURSO INTEMPESTIVO QUE NÃO INTERROMPE PRAZO PARA EVENTUAL RECLAMO SUBSEQUENTE. TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. REMESSA IMEDIATA AO STF PARA PROCESSAMENTO DO RECURSO PENDENTE.

1. Os aclaratórios são intempestivos, pois opostos quando já escoado o prazo de 2 dias, previsto no art. 619 do Código de Processo Penal.

2. Em matéria criminal, os embargos de declaração possuem disciplina própria e, por isso, o prazo previsto no Código de Processo Civil não se aplica em hipóteses que tais. Precedente.

3. Diante da intempestividade dos aclaratórios, não ocorreu a interrupção do prazo recursal para eventual interposição de recurso subsequente, sendo assim, é possível concluir que ocorreu o trânsito em julgado do acórdão embargado.

4. Embargos de declaração não conhecidos com determinação de que, após publicado o acórdão e certificado o trânsito em julgado do aresto às fls. 608/614, sejam remetidos imediatamente os autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do recurso pendente de análise (agravo em recurso extraordinário)." (EDcl no AgRg no AREsp 1.172.467/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018, sem grifos no original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos embargos declaratórios.

Após juntadas as informações, ouça-se a douta Subprocuradoria-Geral da

República.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora